

## PARA UMA ANÁLISE INICIAL DOS IMPACTOS DO ULTRANEOLIBERALISMO BRASILEIRO SOBRE A REPRODUÇÃO SOCIAL

*Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca*<sup>1</sup>  
(PPGD/UERJ, Brasil)

*Thiago Romão de Alencar*<sup>2</sup>  
(PPGH/UFF, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i10.717>

**RESUMO:** A reemergência da extrema direita brasileira, concretizada com a eleição presidencial de Bolsonaro em 2018, pertence a um cenário global de crise e a um contexto interno de avanço das reformas ultraneoliberais. Este novo capítulo da regulação neoliberal no capitalismo dependente brasileiro se dá através da combinação de militarismo autoritário e fechamento institucional, trazendo novos contornos ao padrão reprodutivo-social vigente, sobretudo no que tange à aceleração da deterioração das condições de vida da população negra, maior parcela da classe trabalhadora nacional. Este artigo explora os impactos preliminares dessa combinação propondo uma compreensão estrutural das bases racistas-sexistas desse fenômeno desde uma aproximação entre a teoria feminista-marxista da reprodução social e a teoria marxista da dependência.

**Palavras-chave:** Ultraneoliberalismo, Reprodução Social, Militarização, Capitalismo Dependente.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD/UERJ), Mestre em Teoria e Filosofia do Direito pelo mesmo Programa. Atua como consultora junto às organizações nacionais e internacionais de direitos humanos, sobretudo no tema de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Brasil. É integrante do Laboratório de Estudos Interdisciplinares Crítica e Capitalismo, da Faculdade de Direito da UERJ (LEICC/UERJ). ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0003-1726-4363> / E-mail: [rhaysaruas@gmail.com](mailto:rhaysaruas@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), Mestre em História pelo mesmo Programa. ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0001-9179-2469> / E-mail: [thiagobono@yahoo.com.br](mailto:thiagobono@yahoo.com.br)

## TOWARDS AN INITIAL ANALYSIS OF THE IMPACTS OF BRAZILIAN ULTRANEOLIBERALISM OVER SOCIAL REPRODUCTION

**ABSTRACT:** The re-emergence of the Brazilian far right, which came about with the presidential election of Bolsonaro in 2018, is part of a global scenario of crisis and an internal context of advancing ultraneoliberal reforms. This new chapter of neoliberal regulation in Brazilian dependent capitalism is achieved through a combination of authoritarian militarism and institutional closure, bringing new contours to the prevailing social-reproductive pattern, especially regarding the acceleration of the deterioration of the living conditions of the black population, the largest part of the national working class. This article explores the preliminary impacts of this combination by proposing a structural understanding of the racist-sexist bases of this phenomenon from an approximation between the feminist-marxist social reproduction theory and the Marxist dependency theory.

**Keywords:** Ultraneoliberalism, Social Reproduction, Militarization, Dependent Capitalism.

## PARA UN ANÁLISIS INICIAL DE LOS IMPACTOS DEL ULTRANEOLIBERALISMO BRASILEÑO EN LA REPRODUCCIÓN SOCIAL

**Resumen:** El resurgimiento de la extrema derecha brasileña, materializado con la elección presidencial de Bolsonaro en 2018, se inscribe en un escenario global de crisis y en un contexto interno de avance de las reformas ultraneoliberales. Este nuevo capítulo de la regulación neoliberal en el capitalismo dependiente brasileño se produce a través de una combinación de militarismo autoritario y de cerramiento institucional, aportando nuevos contornos al patrón reproductivo-social imperante, especialmente en lo que respecta a la aceleración del deterioro de las condiciones de vida de la población negra, la mayor parte de la clase trabajadora nacional. Este artículo explora los impactos preliminares de esta combinación proponiendo una comprensión estructural de las bases racistas-sexistas de este fenómeno a partir de una aproximación entre la teoría feminista-marxista de la reproducción social y la teoría marxista de la dependencia.

**Palabras clave:** Ultraneoliberalismo, Reproducción Social, Militarización, Capitalismo Dependiente.

## Introdução

*“Então eles realmente meteram o terror. Aí eu já vi que a minha vida estava em risco. Eu escrevi uma carta para a minha mãe para ela cuidar dos meus filhos se eu não voltasse com vida, porque é o meu peito no cano da arma. (...) [Preciso de moradia e emprego para] voltar à classe social de trabalhadora, porque eu eston na classe de degradação do ser humano”.*

Lisa Neves, auxiliar de enfermagem e moradora da Ocupação Caveirão (Centro da Cidade de São Paulo).<sup>3</sup>

O depoimento de Lisa sintetiza boa parte da condição de subalternidade imposta às frações afrodiáspórica, originária e feminina da classe trabalhadora brasileira sob a administração de Jair Bolsonaro. Em 2018, os jornais de todo o mundo enquadraram sua

<sup>3</sup> Em 21 de junho de 2020 a Ocupação sofreu mais uma das frequentes truculentas tentativas de despejo da Polícia Militar contra as 45 famílias que ali vivem. Lisa teve o cano da arma apontado em seu peito enquanto carregava sua filha de 3 anos no colo, dentro de casa, sem que houvesse qualquer decisão judicial para a desocupação do prédio. A polícia agia sem identificação (OLIVEIRA, 2020).

eleição à presidência do Brasil no contexto de ascensão global da nova extrema direita, comparando-o ao presidente estadunidense ao chamá-lo de “Trump dos trópicos”. Como Trump, Bolsonaro foi eleito através de uma campanha baseada na propagação de notícias falsas e de retórica nacionalista, sexista, racista e fundamentalista cristã, prometendo colocar o “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. Entretanto, as análises que ligavam facilmente Bolsonaro a Trump negligenciaram tanto o fato de que a lógica de sua ascensão opera no interior de uma formação social dependente, profundamente estruturada pelo escravismo colonial e pelo militarismo, quanto os elementos específicos que, forjados durante a administração do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), contraditoriamente, possibilitaram tal reemergência<sup>4</sup>.

Neste artigo, buscamos uma compreensão preliminar dos impactos deste processo sobre as condições de reprodução social da força de trabalho a partir da ruptura institucional que culminou no *impeachment*, sob argumentos jurídicos altamente controversos, da então presidente eleita, Dilma Rousseff, em 2016, e da subsequente adoção de uma política nacional abertamente reacionária, antidemocrática e militarizada. Tal política tem reforçado a condição periférica brasileira e, conseqüentemente, os padrões coloniais internos de superexploração do trabalho e de diferenciação social que marcam, especificamente, a nossa história social. Argumentamos que, em que pese a aceleração do processo de militarização e financeirização das condições vida da classe trabalhadora ser apenas mais um capítulo na história da regulamentação neoliberal no Brasil – cujas bases foram lançadas ainda no final dos anos 1980, com a transição negociada que marcou o fim da ditadura empresarial-militar, e consolidadas durante a administração petista – já é possível reconhecer mudanças significativas no padrão reprodutivo-social neoliberal vigente até então.

Para isso, na primeira parte lançamos os pressupostos teóricos para tal análise, propondo uma reflexão teórica sobre as características racial-generificadas gerais e estruturais destas mudanças a partir de uma aproximação crítica e antirracista entre a teoria feminista-marxista da reprodução social e a teoria marxista da dependência. Essa aproximação busca considerar os processos de financeirização e militarização constitutivos do capitalismo monopolista em sua especificidade dependente, desenhando as características gerais do que chamaremos de padrão reprodutivo-social ultraneoliberal dependente.

Na segunda parte, em que pese as dificuldades de se arriscar a fazer qualquer tipo de “história do tempo presente”, ainda que preliminar, trazemos ao leitor um panorama do que consideramos ser os principais impactos da reemergência da extrema direita (2016-2020)<sup>5</sup> sobre a classe trabalhadora brasileira<sup>6</sup>, e mais especificamente sobre suas frações

---

<sup>4</sup> Por motivos de espaço, nos furtamos à análise dos governos petistas, mas partimos do pressuposto que durante este período vivemos não só a ausência de rupturas em sentido histórico com as hierarquias sociais estruturantes da economia e da sociabilidade brasileiras, como também a intensificação do regime de acumulação neoliberal financeirizado-militarizado.

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que, em que pese a importância do tema, optamos aqui por focar no período que antecedeu a pandemia mundial de COVID-19. Entendemos que as particularidades trazidas pela pandemia poderiam desvirtuar a análise proposta, exigiriam a mobilização de dados que ainda estão em processo de coleta e cujo esforço de compreensão mereceria um trabalho específico, além de maior espaçamento temporal para a incorporação em uma proposta como a nossa. Para reflexões sobre a pandemia da COVID-19 desde a perspectiva feminista-marxista da reprodução social (Cf.: RUAS, 2020a; e RUAS; AZEVEDO, 2020).

<sup>6</sup> Aqui, seguindo a proposta da Teoria da Reprodução Social (BHATTACHARYA, 2017), adotamos uma compreensão ampla de “classe trabalhadora”, retomando sua identidade original com a categoria marxiana “proletariado”. Assim, por “trabalhadores”

negras e periféricas. Ressaltaremos, assim, as principais medidas voltadas à tentativa de consolidar um padrão ultraneoliberal – abertamente financeirizado e militarizado – de reprodução social no país. Não temos aqui qualquer pretensão de dar a palavra final na caracterização do que estamos vivendo neste momento; pelo contrário, buscamos apenas abrir o diálogo sobre a necessidade coletiva de avançarmos na compreensão destes impactos preliminares a partir de uma perspectiva marxista negra, feminista e latino-americana.

## 1. Pressupostos teóricos da análise

Neste trabalho, partimos de três pressupostos teóricos. O primeiro é que a noção marxiana de totalidade social nos permite compreender que o capital é uma relação social na qual o modo de produção da vida está subordinado ao seu incontrolável impulso pela valorização do valor que tenta a todo custo mercantilizar tudo e todos, expropriando e subsumindo corpos e mentes à sua racionalidade própria (RUAS, 2020a). Neste sentido, enquanto totalidade social, as formas de subsunção do trabalho ao capital estão completamente imbricadas nas formas capitalistas de Estado: enquanto relação social específica, o capital produz o tipo de vida que lhe é necessária – rebaixada, autodestrutiva –, e esse produzir possui um modo de controle social específico e histórico, que, no âmbito do Estado, opera através de políticas sociais e criminais, em uma relação na qual ambas são faces da mesma moeda.

Assim, entendemos, em segundo lugar, que qualquer análise sobre as condições de vida do proletariado deve partir de uma compreensão unitária das relações sociais que leve em consideração as relações de expropriação, exploração, opressão e dominação que conformam o modo de produção capitalista. Isso significa também que tal análise deve considerar o capitalismo como sistema global, aonde centro e periferia constituem particularidades de uma mesma totalidade, pressupondo uma ruptura com o nacionalismo metodológico e a defesa da multilinearidade do processo histórico. Falamos de uma análise que permita ao mesmo tempo uma compreensão universal da estrutura das sociedades capitalistas, mas não universalizante de categorias hegemonicamente brancas e eurocêntricas.

Nosso argumento aqui pretende ultrapassar as explicações simplistas que veem na raça, no gênero, na sexualidade, ou mesmo na nação, na política e no Direito, componentes acessórios, superestruturais, de caráter subjetivo e acidentais na história, passíveis, portanto, de serem colocados em segundo plano em análises ditas marxistas. Ao contrário, partimos do entendimento que estas relações são co-constitutivas e inseparáveis na apreensão do real. Aqui, em especial, tal perspectiva é importante para a compreensão das hierarquias no interior da classe trabalhadora que sustentam e mistificam o colonialismo interno (GONZALEZ CASANOVA, 2007), tomado aqui como realidade típica dos países

---

entendemos todos aqueles expropriados, que dependem da venda da sua força de trabalho ou de seus familiares para sua reprodução diária e geracional, o que inclui a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva, ou seja, todos aqueles que em algum momento participaram da produção ou da reprodução social da força de trabalho, sendo remunerados ou não pelo capital.

afrodiaspóricos/atlânticos onde os “salários da branquitude”<sup>7</sup> e o “contrato de gênero”<sup>8</sup> resultam, em termos concretos, em uma configuração específica, sempre historicamente determinada, da relação de subordinação entre os gêneros, as classes e as raças através do Estado. Portanto, uma análise – ainda que preliminar – dos impactos da ascensão da extrema direita sobre a população afrodiaspórica brasileira implica considerar as formas particulares de produção e de reprodução social, à luz das especificidades que circundam o capitalismo dependente<sup>9</sup>.

Por fim, em terceiro lugar, argumentamos que, da mesma forma que é a parcela mais precária do proletariado que determina o conjunto do valor da força de trabalho, são as técnicas de controle social impostas à essa parcela através das políticas sociais e criminais racial-generificadas do Estado, imbricadas enquanto totalidade e atuando como forma de mediação secundária do capital, que determinam o padrão de vida e o grau de precariedade da classe trabalhadora como um todo, i.e., as condições cotidianas de (re)produção da vida e produção da morte no interior desta classe. Inspirados na construção de Fraser (2017), a estas condições de produção e reprodução da força de trabalho, chamamos aqui de regime histórico de produção-reprodução social global, dentro do qual, argumentamos, pode-se delinear mais de um padrão ou modelo reprodutivo-social. Desenvolveremos este argumento a seguir, tomando como centro nossa caracterização do atual estágio do regime de acumulação flexível/neoliberal.

## 2. Financeirização, militarização e o modo de acumulação neoliberal no capitalismo dependente do século XXI

Diversos autores já desenvolveram análises consolidadas sobre o predomínio da orientação crescentemente financeira nas grandes corporações e seu entrelaçamento com a produção capitalista, sendo seguro caracterizar o regime de acumulação neoliberal como uma fase de aprofundamento do capitalismo monopolista/imperialista na qual há um processo de intensa financeirização, expropriação e mercantilização da vida, que se alimenta das crises econômicas, políticas e humanitárias que ele mesmo, continuamente,

---

<sup>7</sup> Segundo Du Bois (1971), o conceito de “salários da branquitude” se refere aos ganhos psicológicos e materiais de curto prazo que tanto levam as frações da classe trabalhadora branca a aderir ideológica, subjetiva e materialmente à branquitude, quanto derivam desta adesão. O autor demonstra como, historicamente, nos EUA, tais vantagens tomaram forma através de diferenças salariais, com os salários dos trabalhadores nacionais brancos e qualificados altos, tanto em comparação com os dos negros, quanto se considerados os padrões mundiais e que, mesmo quando recebiam um salário baixo, a pertença a branquitude funcionava como um salário, uma compensação, pública e psicológica desta relação. Roediger (2007) desenvolve este conceito e destaca que Du Bois não apenas enfatiza o status do trabalhador, como também a vinculação desse status a ganhos sociais reais, demonstrando de que formas o status e privilégios conferidos pela raça eram usados para compensar as relações de classe alienantes e exploradoras tanto no Norte quanto no Sul dos EUA a partir do século XIX, revelando como os trabalhadores brancos passaram a definir e aceitar suas posições de classe através da formação de identidades como ‘não escravos’ e como ‘não negros’.

<sup>8</sup> Segundo Ruas (2020b, p. 323), contrato de gênero é definido como a “base normativa e material” em torno da qual as divisões de sexo e gênero do trabalho remunerado e não-remunerado operam, de forma institucionalizada, em uma dada sociedade, conceito que se distingue de outros como “sistema de gênero” e “ordem de gênero”, pois ao invés de se referir à dinâmicas estruturais de relacionamento entre homens e mulheres, refere-se às relações institucionalizadas entre os gêneros em um determinado período histórico e terreno geográfico. Tal conceito, proveniente da Economia Política Feminista (VOSKO, 2010, p. 6-9), visa capturar as normas sociais, legais e políticas que versam sobre a dinâmica estabelecida entre sustento e cuidado, proteção e liberdade, e responsabilidades públicas e privadas em um determinado modo de regulação do sistema capitalista, e, portanto, possibilita explicitar as mudanças implicadas na transição de um regime de acumulação para outro.

<sup>9</sup> Essa proposta de explicação está sendo desenvolvida no âmbito da tese de doutorado de Rhaysa Ruas.

gera (HARVEY, 2008; DÖRRE, 2015; CHESNAIS, 2005). Desde uma perspectiva feminista-marxista, interessada em destacar a dimensão racial-generificada deste processo e tendo por referencial de análise o desenvolvimento histórico do Norte Global, Fraser (2017) argumenta que o regime de acumulação neoliberal trouxe consigo também um novo regime reprodutivo-social, pautado pela financeirização e pela globalização.

Em paralelo à diminuição dos salários reais e à consequente maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, ao aumento geral do número de horas trabalhadas e às reestruturações produtivas que deslocaram e repartiram a produção sob inspiração do Toyotismo e incluíram uma maior precarização das relações de trabalho, este novo regime é também caracterizado pelo desinvestimento estatal maciço em programas sociais, o que acabou por dificultar em muito o trabalho reprodutivo antes realizado nas famílias e comunidades, sob a administração do Estado. Dessa situação surge, com nova intensidade e sob nova aparência aquilo que a autora chamou de “crise ou tendência à crise reprodutiva-social” (FRASER, 2017: p. 22, tradução nossa), lida como “crise do cuidado” do século XXI nos países do Norte Global. A dificuldade cada vez maior das famílias trabalhadoras em realizar adequadamente suas tarefas reprodutivas gera a transferência desse trabalho para outras mulheres em geral racializadas, desenvolvendo o que se convencionou chamar de “cadeias globais de cuidado”, com a importação de trabalhadoras racializadas do Sul Global para assumirem essas tarefas. Como tais trabalhadoras precisam renunciar a suas próprias tarefas em seus países e comunidades ao emigrarem, gera-se uma reação em cadeia que põe em relação direta ou indireta diferentes famílias em relações hierárquicas transnacionais. No entanto, “longe de preencher a lacuna de cuidados, o efeito real [desse processo] é deslocá-la – das famílias mais ricas para famílias mais pobres, do Norte Global para o Sul Global” (FRASER, 2017: p. 34, tradução nossa). No lugar dos programas sociais – com todas as suas limitações e hierarquias de gênero e raça, como a sua explícita separação entre trabalho produtivo e reprodutivo e sua regulação diferenciada em termos raciais quanto ao acesso a meios de subsistência – Fraser aponta a centralidade da dívida como força impulsionadora desse novo padrão reprodutivo-social: para a autora, é através dela “que o capital agora canibaliza o trabalho, disciplina os estados, transfere riqueza da periferia para o centro, e suga valor das famílias, comunidades e natureza” (FRASER, 2017: p. 32, tradução nossa).

A explicação de Fraser, embora importantíssima para a compreensão das modificações na esfera reprodutiva neste período, precisa também ser readequada no que tange à sua aplicação ao Sul Global no sentido de entender o papel que a política criminal e a dependência desempenham neste mesmo regime. A inserção subalterna nas cadeias globais de cuidado, tão bem descritas pela autora, é apenas uma das características que podem marcar o padrão reprodutivo-social das economias periféricas na fase do regime histórico neoliberal. Para entendermos como este regime opera no Brasil, portanto, é preciso que nos voltemos ao estudo da condição de dependência, sobretudo à luz de seu cerne, a superexploração da força de trabalho, característica estrutural destas economias, compreendendo não só sua relação com a financeirização, mas também o seu aspecto militarizado, conexão explorada de maneira pouco estrutural, geralmente apresentada apenas como fator contingencial/conjuntural.

Argumentamos aqui que a dinâmica racial-generificada e global de produção da vida (e, portanto, de gestão da morte) constitutiva da forma específica de organização social do

capitalismo monopolista<sup>10</sup> – ou seja, os processos racial-generificados de financeirização-militarização – constituem o regime de acumulação neoliberal em seu cerne, ainda que, em determinados territórios e conjunturas, o padrão aparentemente prevalecente seja capaz de fetichizar, em maior ou menor grau, a imbricação destas características basilares que o sustentam. Assim, embora assumam formas de aparência diversas e específicas nas diferentes conjunturas político-econômicas, territoriais e temporais, a dinâmica racial-generificada e militarizada constitutiva do fenômeno imperialista, por sua vez, é uma atualização de relações estruturais que compõem as sociedades capitalistas desde o período da assim chamada “acumulação primitiva de capital”.

Não entendemos, portanto, que o neoliberalismo seja uma atualização deste período e nem que a militarização seja um instrumento contingente; ambos são o aprofundamento de um processo continuado de expropriações: como argumentam Costa e Gonçalves (2020), a chamada acumulação primitiva de capital é entrelaçada à acumulação capitalista, i.e., constitui seu momento – ainda que seus mecanismos e tecnologias de controle específicas sejam mais intensa e abertamente utilizados na conjuntura em que vivemos, dada sua tendência de universalização como mecanismo principal do regime de acumulação neoliberal. Esta compreensão implica a ideia de que as formas de controle constitutivas do capitalismo monopolista – as políticas sociais e criminais marcadas pelo positivismo criminológico, eugenia, racismo científico, sexismo e militarismo-nacionalista forjadas e dominantes na virada do século XIX para o XX – são estruturantes da sociabilidade capitalista contemporânea, ainda que se apresentem de formas atualizadas.

Por fim, antes de prosseguirmos a uma análise específica do caso brasileiro, uma explicação deste fenômeno que rompa com o nacionalismo metodológico depende de uma compreensão da condição de dependência. Em primeiro lugar, cabe esclarecermos que tomamos por base a ideia de que a situação de dependência é fruto de um desenvolvimento (no sentido marxiano, enquanto processualidade histórica) desigual e combinado das leis de funcionamento do capital, em distintas partes do mundo (CARCANHOLO, 2013, p. 194-196). Ela se caracteriza pelo fato de que, devido aos processos de troca desigual no mercado mundial, uma parte da mais-valia produzida nas economias periféricas não é apropriada no interior destas, mas nas economias centrais, passando a integrar, portanto, a dinâmica de acumulação de capital das últimas, e não das primeiras<sup>11</sup>. Tal condição estrutural, como destaca Carcanholo (2013, p. 196), “obriga os capitalismo dependentes a compensar de alguma forma essa parcela da mais-valia que é transferida, para que possam se desenvolver (de forma capitalista)”. A tal mecanismo de compensação, Marini (2011) chamou de superexploração da força de trabalho, categoria estrutural e específica<sup>12</sup> do capitalismo dependente que não se confunde com os mecanismos de elevação da taxa de exploração presentes em todas as economias capitalistas, “ainda que

<sup>10</sup> Para uma compreensão clássica de como tanto a financeirização quanto o militarismo constituem o cerne do capitalismo monopolista/imperialista, cf., respectivamente, Lenin (2012) e Luxemburgo (1976).

<sup>11</sup> Aqui, podemos perceber que, ao passar a integrar a dinâmica de acumulação de capital dos países centrais, o valor transferido das economias periféricas passa a ser incorporado também pelo regime de reprodutivo-social daquelas economias, sendo convertido, ainda que parcialmente, em políticas sociais e mecanismos de controle criminal. Isto explica, em grande parte, a existência de padrões de vida mais elevados no Norte global e a impossibilidade do Sul de alcançá-los sem romper com o sistema capitalista.

<sup>12</sup> “[...] esse ‘mecanismo de compensação’ seria a única forma de o capitalismo dependente se desenvolver (capitalistamente), o que comprova a especificidade (objetiva e, portanto, categorial) do capitalismo dependente.” (CARCANHOLO, 2013, p. 199)

esta categoria só se possa materializar através justamente destas formas” (CARCANHOLO, 2013, p. 199). Isto porque, devido ao próprio caráter das transferências de valor, a superexploração não pode, estruturalmente, passar por uma elevação da produtividade nos países periféricos.

Portanto, a superexploração tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real, i.e. sua característica essencial “está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho”, seja porque “lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro”, ou porque “lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal” (MARINI, 2011, p.150). Para melhor entendermos essa “remuneração abaixo do valor real da força de trabalho”, cabe ressaltar quatro formas de elevação da apropriação do mais-valor através das quais a superexploração se materializa e que normalmente se apresentam de forma combinada nessas economias: (i) a expropriação de parte do trabalho necessário para a reposição da sua força de trabalho;

(ii) o prolongamento da jornada além dos limites normais; e (iii) o aumento da intensidade além dos limites normais. (...) Existe, ainda, uma quarta forma<sup>13</sup>, que, na verdade, é um desdobramento da primeira, que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada. Em todas elas, o capital ou se apropria do fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalhador, apropriando-se de seu fundo de vida, o qual é também violado para alimentar a sanha da acumulação (LUCE, 2018, p. 178).

Dito de outra forma, a superexploração da força de trabalho implica relações de expropriação diretas e indiretas que colocam a remuneração (preço da mercadoria força de trabalho) abaixo do valor necessário à sua reprodução. A superexploração está, portanto, diretamente ligada ao padrão reprodutivo-social existente nos países periféricos, uma vez que o determina e produz nestas economias uma distribuição regressiva tanto da renda quanto da riqueza, bem como a intensificação das hierarquias e desigualdades sociais e a definição interna da forma e o conteúdo da luta de classes no campo e na cidade, aprofundando as características já próprias de qualquer economia capitalista em sua fase monopolista. Concretamente, isso significa afirmar que a superexploração só pode ser garantida através de um padrão reprodutivo-social sempre rebaixado, onde impera a regulação estatal militarizada, via políticas sociais e criminais racial-generificadas que garantam, continuamente, um grau elevadíssimo de expropriação e neutralização social.

Carcanholo (2013, p. 201) destaca ainda um ponto importante para que não tomemos este argumento como determinista: “a situação concreta das economias dependentes é dada, em momentos históricos específicos, por esses condicionantes estruturais, aliados aos determinantes conjunturais da situação externa”. Assim, fatores como o crescimento da economia mundial, e a situação específica do mercado de crédito internacional, determinam também a situação concreta dos países periféricos – e de seu padrão reprodutivo-social – em cada conjuntura: se o cenário externo é favorável, “existe tendencialmente maior margem de manobra para as economias dependentes contornarem

<sup>13</sup> Esta quarta forma é adicionada por Luce (2018), não estando presente na argumentação original de Marini. Optamos aqui por mantê-la entendendo-a como um importante complemento de seu pensamento.

os condicionantes estruturais de sua dependência. Quando os elementos conjunturais se agravam – em um cenário de crise mundial aguda, como se vive neste momento, por exemplo – a condição estrutural dependente é agravada” (CARCANHOLO, 2013, p. 201).

No regime de acumulação neoliberal, com o aprofundamento do processo militarizado de financeirização, a condição dependente é marcada pelo aprofundamento da superexploração, pela dependência tecnológico-industrial (garantida, como no caso brasileiro, pelos processos de desindustrialização e reprimarização da economia que se desenvolveram durante a administração petista) e pelas transferências de valor na forma financeira, através do pagamento de juros e amortizações da crescente dívida externa. Há uma forte saída estrutural de recursos dos países periféricos, que traz consigo graves restrições ao crescimento, ao mesmo tempo que o aprofundamento da militarização traz uma forte carga de importação de material bélico-militar e de tecnologias de controle e vigilância, fortalecendo o complexo penal-industrial-militar. A onda de privatizações com base em parcerias público-privadas contribui para esse processo, na medida em que aumenta os gastos do Estado com infraestruturas que não ficarão sob seu comando, desta forma socializando custos iniciais e privatizando as rendas futuras.

Por fim, para escapar de uma análise dualista da superexploração e evitar que percamos de vista também o seu aspecto militarizado, podemos articulá-la às categorias de colonialismo interno, de supremacia branca e de branquitude. A dinâmica de compensação das perdas de valor no mercado internacional nas relações centro-periferia possui, por sua vez, sua face interna, que se expressa na forma do colonialismo interno, estrutural aos países dependentes: da mesma forma que a burguesia da periferia compensa suas perdas em relação ao centro extraindo ao máximo do fundo de consumo e do fundo de vida dos trabalhadores, as frações da classe trabalhadora periférica que aderem ao projeto da branquitude, constituindo a “raça” dominante no interior da nação, compensam suas perdas de valor – ou seja, o que lhe é arrancado via superexploração – contribuindo para a opressão, e portanto, para a hiperexploração de mulheres e, sobretudo, de trabalhadores racializados (negros, populações originárias, e dependendo do caso, imigrantes). Assim, os “salários da branquitude”, descritos por Du Bois (1971) como característicos do capitalismo monopolista, assumem um significado também específico na periferia do capital: eles estão intimamente ligados à condição dependente, e reproduzem uma espiral de superexploração que garante, inclusive, o rebaixamento geral do valor da força de trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora nesses países, sustentando, assim, materialmente, o projeto superexploratório da burguesia instalada em nações periféricas. As políticas sociais e criminais organizam e normalizam estas hierarquias e, portanto, desempenham um papel central neste processo.

### **3. Impactos preliminares da reemergência da extrema direita sobre a classe trabalhadora brasileira (2016-2020)**

A reemergência da extrema direita brasileira, e sua ascensão ao governo federal em 2018, só pode ser entendida se a considerarmos, ao mesmo tempo, como um processo histórico de longa duração – que concentra as características estruturais que, como vimos, marcam o capitalismo dependente brasileiro – e como fruto de um processo específico de financeirização, militarização e insatisfação social que emergiu das contradições que se

estabeleceram e aprofundaram ao longo dos quatorze anos de administração do Partido dos Trabalhadores (PT). Tais contradições se explicitaram no contexto pós-crise mundial de 2008 e tiveram no Brasil seu desenvolvimento sobretudo a partir do ano de 2013, período que culminou em uma ruptura institucional com o *impeachment*, sob argumentos jurídicos altamente controversos, da então presidente eleita, Dilma Rousseff, em 2016. Por falta de espaço, nos furtamos a demonstrar aqui como as administrações petistas estabeleceram um tipo *sui generis* de política social militarizada e expropriatória, que combinava financeirização das esferas reprodutivas com a total adesão à antiga política criminal de caráter positivista e colonial, voltada ao extermínio e à neutralização do inimigo interno<sup>14</sup>, enquanto negociava, no plano externo, o grau de dependência do capitalismo brasileiro em uma *modulação de temporalidades* no que tange ao aprofundamento das políticas neoliberais (BENITEZ MARTINS, 2018).

Nosso pressuposto, entretanto, é que a administração petista possibilitou ao mesmo tempo, a expansão de uma cidadania pautada em política de inclusão e reconhecimento via expansão do consumo e do crédito, e sua rápida erosão, posto que sustentada por uma política estatal voltada à completa militarização e financeirização da vida cotidiana dos trabalhadores. Discutimos brevemente, no ponto anterior, a nível teórico, as bases históricas e sociais estruturais com as quais a administração petista não rompeu historicamente, tendo em mente que são estas as mesmas que sustentaram sua derrota no golpe jurídico-institucional-midiático-parlamentar de 2016 e possibilitaram a transição ao bolsonarismo. Por ora, e a fim de direcionar o debate aqui proposto, cabe destacar as principais mudanças e impactos que o cenário pós-golpe estabeleceu sobre a classe trabalhadora brasileira.

Compreendemos que, ao contrário da última grande crise econômica – aquela do regime de acumulação fordista-keynesiano, que resultou na implantação do que conhecemos hoje por neoliberalismo a partir da virada dos anos 1980 –, a crise atual não ensejou novo padrão de acumulação e organização do capital, e sim uma radicalização do padrão em crise, que se convencionou chamar ultraneoliberalismo (ANTUNES, 2018, p. 281). Este novo padrão de acumulação passou a se mostrar prioritário para os “de cima” também nos países de capitalismo dependente, sendo forjado lentamente durante os governos petistas e se consolidando no Brasil fundamentalmente a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), quando este – até então vice de Rousseff – abandonou o projeto petista e assumiu a presidência do país.

### **3.1 Governo Temer: a aceleração do padrão de acumulação ultraneoliberal**

Reunindo em torno de si o apoio das oligarquias tradicionais brasileiras e, ao mesmo tempo, baixíssima popularidade, Temer foi responsável por implementar o conjunto de reformas demandado pelas frações burguesas que apoiaram o golpe com o objetivo explícito de “tentar levar ao extremo a pauta mais agressiva do grande capital, voltada para a recuperação das taxas de lucro, centralmente através da redução do custo da força de

---

<sup>14</sup> Como atenta Malaguti (2003, p.53), desde o princípio, “em nossa região, o sistema penal adquire características genocidas de contenção, diferentes das características ‘disciplinadoras’ dos países centrais”.

trabalho e da transferência de fundo público para o setor privado” (MATTOS, 2020, p. 161). Tal pauta envolveu a aprovação da Proposta Emenda Constitucional (PEC) 95, chamada de “PEC do fim do mundo”, que estabeleceu um Novo Regime Fiscal com teto para gastos não-financeiros do governo ao impor o congelamento dos investimentos em políticas públicas nas áreas sociais, sobretudo saúde, educação e assistência social, por vinte anos, permitindo apenas a reposição da inflação acumulada de um ano para o outro. A medida ignorou tanto o estado já subfinanciado e precário no qual estas áreas se encontravam, quanto mudanças estruturais de médio prazo da sociedade brasileira que demandariam mais investimento nestas, como o aumento e o envelhecimento da população, além de retirar do Estado grande parte de sua capacidade e autonomia para realizar políticas anticíclicas de estímulo à demanda interna em períodos de crise econômica, impactando diretamente as condições de vida da classe trabalhadora. Além desta, a aprovação de duas contrarreformas trabalhistas – que ampliaram o escopo das terceirizações e do trabalho intermitente, e permitiram a flexibilização da jornada e dos contratos de trabalho, esvaziando a Justiça do Trabalho – completaram o impulso expropriatório característico desse novo padrão reprodutivo-social.

Todas as medidas mencionadas buscavam, em sua essência, transferir recursos do fundo público para as finanças privadas<sup>15</sup>, diminuindo os gastos com a reprodução social da força de trabalho no rol de despesas do primeiro. Em especial, a Previdência Social, que “tem como objetivo histórico a constituição de fundos para transferências monetárias que garantam a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias em situações de suspensão temporária da capacidade laborativa (doença, maternidade e outras circunstâncias similares) ou definitivas no caso de morte ou aposentadoria” (CISLAGHI, 2019, p. 179), sofreu duros golpes do governo, ficando cada vez mais exposta à novos ataques do capital financeiro, sendo inclusive objeto de tentativa de contrarreforma pelo governo Temer, não levada a frente.

Além disso, já com Temer é possível observarmos a materialização da aliança orgânica entre a agenda conservadora de cunho fundamentalista cristão no terreno da moral e dos costumes e a ultraneoliberal, elemento característico da fração da extrema direita hoje hegemônica no Brasil. Os debates em torno do projeto “Escola sem Partido”<sup>16</sup> colocaram no debate público as polêmicas em torno da suposta “ideologia de gênero”. Houve ainda tentativas articuladas de controle violento do corpo e da autonomia das mulheres, o desmonte das políticas de cultura e de promoção de igualdade racial, diversidade sexual e gênero e graves cortes no âmbito da garantia e efetividade dos direitos humanos. Seu último ano de governo protagonizou a decisão de transferir o julgamento de homicídios cometidos por militares durante ações de segurança pública para a Justiça Militar, além da intervenção federal militar no Rio de Janeiro com justificativas que giravam em torno da chamada guerra ao crime organizado e ao tráfico de drogas, procedimento bilionário que

---

<sup>15</sup> Como lembra Cislighi (2019, p. 187), no período neoliberal, o fundo público “se torna uma das mais importantes contratendências à queda das taxas de lucro por meio de sua apropriação pelo capital. Apropriação que é possível pela ação consciente e sistemática do Estado”, como demonstram as contrarreformas implementadas por Temer.

<sup>16</sup> Tal projeto buscava alterar artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), adicionando, entre os princípios do ensino, o “respeito às crenças religiosas e às convicções morais, filosóficas e políticas dos alunos e familiares”, “a prioridade dos valores de ordem familiar sobre a educação escolar em temas relacionados à Educação moral, sexual e religiosa”, e a “proibição dos termos ‘gênero’ e ‘orientação sexual’ e aplicação da ‘ideologia de gênero’ em políticas públicas educacionais, currículos e disciplinas obrigatórias, facultativas e complementares”.

teve consequências graves para a população do estado em termos de violações de direitos humanos<sup>17</sup>, sem qualquer resultado prático no que tange aos seus objetivos declarados.

Embora não constitua fato novo – na última década, o estado recorreu às forças armadas pelo menos doze vezes –, tal medida foi pela primeira vez autorizada pelo Congresso Nacional e baseada diretamente em dispositivo constitucional, servindo tanto de laboratório para o aprofundamento de medidas repressivas e violentas, como de “teste de legitimação da gestão militarizada da segurança pública, com seu componente de construção permanente de um inimigo a ser abatido, dentro da lógica da guerra e do confronto armado” (SOUZA; SERRA, 2020, p. 213). Este ato, marcado pelo brutal assassinato da vereadora Marielle Franco, constitui um exemplo do avanço da militarização e do nível de não-responsabilização do Estado, com uma parlamentar eleita assassinada por milicianos ligados diretamente a outros parlamentares, familiares de quem viria a ser o próximo presidente da república.

Ao final da administração Temer, no início de 2019, já se podia perceber uma drástica redução na capacidade de apropriação da riqueza nacional por parte da classe trabalhadora: enquanto em 2014, os 50% mais pobres recebiam em torno de 5.7% de toda a renda nacional, esse grupo passa a se apropriar de apenas 3.5% – uma perda, aproximadamente de 40% em termos relativos. Já os 10% mais ricos se apropriavam de 49% da renda total do trabalho em 2014 e passam a se apropriar de 52% em 2019, o que demonstra a capacidade da burguesia instalada no Brasil de não só compensar rapidamente suas perdas em relação à crise econômica que assolou o país neste período, mas de obter mais ganhos, seguindo o curso da acumulação capitalista (BARBOSA, 2019).

A aceleração da precariedade dos padrões de vida da classe trabalhadora, somada à ampla rejeição ao governo e à revelação do envolvimento do próprio Temer e de vários ministros no mesmo esquema de corrupção investigado pela Lava-Jato – tão criticado nas manifestações de 2015 que sustentaram o golpe contra Dilma – acabaram insuflando o “rechaço de significativos setores da população ao que foi definido como ‘velha política’ – um espantinho agitado pela ultradireita que incluía, em seu recheio, o conjunto dos partidos dirigentes desde o início da Nova República, do PT de Lula ao PSDB de FHC, passando pelo PMDB de Temer” (MATTOS, 2020, p. 162). Com a controversa prisão ex-presidente Lula da Silva, candidato líder das intenções de voto no primeiro semestre de 2018, o caminho ficou aberto para a eleição de Jair Bolsonaro.

### ***3.2 Governo Bolsonaro e a consolidação do padrão reprodutivo-social ultraneoliberal dependente***

Para além dos debates sobre até onde seria correto classificar Bolsonaro como fascista, neo-, proto- ou pós-fascista, o significado da ascensão ao poder do bolsonarismo é, para nós, indiscutível: trata-se da materialização, em um país dependente, de uma fase de radicalização da acumulação neoliberal, caracterizada pela fusão de seu característico

---

<sup>17</sup> O Observatório da intervenção monitorou ao menos 206 casos de violações e violências e contabilizou 1.375 mortes decorrentes de ação policial no período, que durou menos de um ano.

fundamentalismo de mercado<sup>18</sup> com a retomada de uma espécie de “nacionalismo ultra militarizado”, projeto constitutivo da branquitude republicana brasileira fundado na lógica do genocídio<sup>19</sup>, onde os militares e o militarismo se repositionam enquanto protagonistas da política nacional através de uma ascensão indireta e/ou pretensamente civil aos poderes executivo e legislativo.

Tal retomada é representada de forma clara, mas não apenas, pela exaltação da ditadura empresarial-militar brasileira, pelo Anti-intelectualismo – que ganhou corpo na cruzada contra o “marxismo cultural” supostamente prevalecente nos meios culturais e educacionais da sociedade brasileira<sup>20</sup> – e pelo conservadorismo moral de base fundamentalista cristã, em especial evangélica neopentecostal<sup>21</sup>, com centralidade no combate à suposta “ideologia de gênero” e no acirramento da ideologia da defesa social, calcada na intensificação da política criminal racista e na lógica o combate ao inimigo interno. Tais características são intercambiáveis e aparecem na maioria das vezes misturadas nas ações e no discurso do governo Bolsonaro e de seus apoiadores, sintetizadas sob o slogan explícito “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Neste sentido, cabe demonstrar as características específicas que apontam para uma reorganização das possibilidades reprodutivas da classe trabalhadora, capaz de consolidar um padrão reprodutivo-social ultraneoliberal calcado no reforço do colonialismo interno e da condição dependente do capitalismo brasileiro via fechamento institucional do Estado Democrático de Direito. Desenvolveremos esta argumentação a seguir, através de cinco pontos que, a nosso ver, podem representar os contornos desta reorganização:

### *3.2.1. Fechamento democrático-institucional.*

Tal processo tem abalado as capacidades da sociedade civil tanto de denunciar e barrar processos de violações de direitos e garantias fundamentais, quanto de intervir na construção e adoção de políticas públicas, seja via organizações não-governamentais (ONGs) ou via movimentos sociais, fortalecendo o Estado – em sentido estrito – e neutralizando possibilidades de reação da classe trabalhadora no âmbito do Estado ampliado. Este processo, já anunciado em sua campanha eleitoral, tem se materializado desde o primeiro dia de governo com a edição da Medida Provisória nº 870/2019 (BRASIL, 2019). Esta Medida Provisória estabeleceu como funções da Secretaria de Governo a supervisão, coordenação, monitoramento e acompanhamento das atividades e das ações

---

<sup>18</sup> Característica que o diferencia do fascismo clássico, que, localizado em outro estágio do capitalismo, acabou “se notabilizando por uma política econômica bastante distinta da ortodoxia liberal, incorporando noções como a de planejamento econômico, ideias associadas às elaborações keynesianas como, de resto, foi uma tendência geral dos países capitalistas após a eclosão da crise de 1929” (MELO, 2019, p. 7).

<sup>19</sup> Podemos relembrar aqui o massacre de Canudos como ato fundador da república e da nação brasileira.

<sup>20</sup> Aqui, o governo Bolsonaro se inspirou no seu principal ideólogo, Olavo de Carvalho. A aproximação com suas teorias conspiratórias deve ser vista como “uma tentativa de dotar o bolsonarismo de uma ‘filosofia’, no sentido de uma visão mais articulada e totalizante, que confere sentido a sua ação política” (MATTOS, 2020, p. 172).

<sup>21</sup> Dentre os evangélicos, ganhou proeminência a chamada “teologia da prosperidade”, “que sustenta uma ideologia de adaptação à ordem por meio da ideia de esforço individual e alicerça a expansão empresarial das igrejas em diversos setores econômicos, particularmente no das comunicações. Tal inserção está acoplada a um projeto político orientado para a ocupação de espaços no aparelho de Estado por parte de lideranças religiosas” (MATTOS, 2020, p. 179).

dos organismos internacionais e organizações não-governamentais atuando no território brasileiro, medida vista com preocupação por entidades do terceiro setor, cuja autonomia é garantida constitucionalmente. Tal medida afetava, em especial, organizações em defesa do meio ambiente, das populações originárias e quilombolas e dos direitos LGBTIQ+ e, apesar de revertida posteriormente pelo Congresso, marcou a postura de fechamento institucional que caracterizaria toda a gestão Bolsonaro.

Nesta toada, utilizando como justificativa a desburocratização do serviço público e a luta contra o viés ideológico dos governos passados, foram tomadas medidas como a desestabilização e o enfraquecimento dos conselhos da administração pública<sup>22</sup> que, além de inconstitucionais, diminuíram o escopo da participação de entidades associativas quanto ao monitoramento de políticas públicas, trazendo efeitos deletérios para o regime democrático, abalado também pelo cenário de ataques à liberdade civis no país. Tais medidas têm incluído uma estratégia de criminalização das lutas sociais através de campanhas de difamação, vigilância e monitoramento de movimentos e organizações e do uso de legislações de viés autoritário – como a Lei nº 7.170/1983, Lei de Segurança Nacional (BRASIL, 1983), resquício da ditadura empresarial-militar – para perseguir críticos e opositores do governo<sup>23</sup>.

### *3.2.2. Expropriação, desposseção e alterações na gestão da terra e do território*

Seja no campo ou na cidade, há agora a consolidação e normalização de um padrão de negação do acesso ou do acesso precário à terra/moradia para a maior parte da classe trabalhadora, por suas condições, ou pelo status de propriedade em relação ao imóvel/território. Tal processo tem sido levado a frente, por exemplo, com a revogação administrativa massiva dos processos de reforma agrária, demarcação de terras indígenas e de territórios quilombolas, muitos dos quais já se encontravam paralisados. Isso tem sido feito diretamente, através de legislação própria proposta pelo governo federal, ou indiretamente, através do incentivo, por parte deste, à expropriação violenta do território via remoções ilegais, grilagem, garimpo e desmatamento ilegal, dentre outros. Medidas como a desestruturação do Ibama e do Instituto Chico Mendes – com a perda de autonomia de técnicos e falta de segurança para as fiscalizações ambientais e aplicação de multas – e a proposição da MP 910 – convertida em projeto de lei após manobras parlamentares da bancada ruralista –, conhecida como “MP da Grilagem”, por facilitar a grilagem de terras ao prever a regularização de latifúndios em áreas de recente desmatamento, também fazem avançar esse modelo expropriatório de gestão da terra, bem como a tentativa – revertida pelo congresso – da transferência, para o Ministério da

<sup>22</sup> Com o Decreto 9.759/2019 (BRASIL, 2019), o governo extinguiu diversos conselhos e comitês colegiados da administração pública com participação da sociedade civil, abrindo caminho para a alteração da composição e a forma de funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPJR), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) – ambos vinculados ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), dando mais poderes decisórios ao governo nestes conselhos.

<sup>23</sup> Importante registrar que tal cenário se iniciou ainda no governo Rousseff, se aprofundando durante a gestão Temer. Um caso emblemático pode ser encontrado na Comissão Parlamentar de Inquérito liderada pela bancada ruralista no Congresso Nacional que investigou a Funai e o Incra, e baseou-se em uma série de relatórios produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência.

Agricultura<sup>24</sup>, da competência de demarcação e reconhecimento de terras indígenas e quilombolas, e de concessão de licenciamento ambiental para empreendimentos que poderiam gerar impacto em terras indígenas. O aumento de queimadas na Amazônia, Cerrado e Pantanal – ocorridas em grande parte nas áreas controladas/disputadas pelo agronegócio (CIMI, 2020) – e do número de assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte contra quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais registrados em 2019 pela Comissão Pastoral da Terra são a face mais cruel dos impactos dessas alterações (CPT, 2020).

### *3.2.3. Intensificação da superexploração do trabalho*

Intensificação da superexploração do trabalho, sobretudo, através do aumento da precarização do trabalho – o que inclui o prolongamento da jornada – e do rebaixamento total das condições de reprodução da força de trabalho, resultando numa neutralização e naturalização da pobreza como forma qualificada e intensificada do confisco do fundo de consumo e do fundo de vida dos trabalhadores. Seguindo as propostas de sua campanha, uma das mais incisivas com relação aos direitos da classe trabalhadora brasileira era a relativa aos direitos trabalhistas. Não foram poucas as vezes em que Bolsonaro declarou que os trabalhadores deveriam escolher entre “direitos ou emprego”, repetindo a cantilena neoliberal que correlaciona retirada de direitos à crescimento econômico e expansão do emprego. Sob o argumento de equilíbrio das contas públicas e redução da máquina do Estado e de seu poder de intervenção, o presidente, através do ministro da Economia, Paulo Guedes, colocou em pauta as medidas que fortaleceriam um regime fiscal ultraneoliberal, como a nova contrarreforma da Previdência, aprovada no fim de outubro de 2019 e que alterava as regras de aposentadorias, como idades mínimas, alíquotas e rendimentos dos beneficiários. Para a realidade brasileira, de rotatividade de emprego cada vez maior e precariedade galopante, baixos salários e cada vez menos contribuições previdenciárias em empregos sem carteira assinada, tal proposta mostrava-se na prática uma profunda expropriação de direitos e possibilidades de reprodução das parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora.

Mas a investida ultraneoliberal de Bolsonaro não parou por aí: logo após a aprovação da contrarreforma da Previdência, o governo apresentou outras três Proostas de Emenda Constitucional (PEC), que juntas integravam o programa intitulado “*Mais Brasil – A transformação do Estado*”, cujo objetivo era reorganizar as finanças e gastos públicos e colocar limites a estes na relação entre os governos federal, estadual e municipal. As propostas envolviam, dentre outras medidas, a instauração de gatilhos para frear os gastos públicos em caso de crise financeira das unidades federativas, proibindo estados e municípios de se endividarem para pagar despesas correntes – o que poderia significar a redução de jornada e de salário de servidores públicos –, além da proposta de alterações no mecanismo de repartição de receitas da federação, desindexando o orçamento público, o que abriria espaço para o não-cumprimento do mínimo constitucional com gastos em educação e saúde. Apesar das propostas não terem sido, até o momento, levadas a cabo pelo Congresso Nacional, com o governo anunciando a sua reelaboração diante das

---

<sup>24</sup> Chefiado por uma representante dos interesses da chamada “bancada ruralista”, Tereza Cristina (DEM-MS).

disputas de poder político entre Executivo e Legislativo, elas possuem um claro potencial de um maior rebaixamento dos padrões de reprodução da força de trabalho. Cabe destacar que, no caso brasileiro, no que tange ao hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada, é exemplar a contínua disparidade existente entre o salário-mínimo necessário (R\$ 4.366,51) e o nominal (R\$ 1.045,00) praticado em fevereiro de 2020, no período pré-pandemia de COVID-19 (DIEESE, 2020).

Outras medidas que ameaçam rebaixar o padrão de vida da classe trabalhadora, ainda que indiretamente, dizem respeito à ampliação da contrarreforma trabalhista realizada por Bolsonaro através da MP do Contrato de Trabalho Verde Amarelo (MP 905/2019), e ao programa de privatizações que envolvia importantes empresas estatais, como a Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, Eletrobras, Correios etc. Para a burguesia instalada no Brasil, o governo pouco avançou neste terreno: sua agenda de privatizações e concessões se limitou às áreas de transportes e energia, como aeroportos, terminais portuários, leilões de linhas de transmissão e concessões de ferrovias e estradas, além da venda de ativos da União (i.e., a participação das estatais em outras companhias) e de subsidiárias importantes, como a BR Distribuidora<sup>25</sup>. Esta última teve 35% dos seus ativos vendidos, retirando do governo federal o poder de controlar o preço final dos combustíveis no país, o que pode impactar diretamente no preço dos alimentos praticados no país.

### *3.2.4. Rearticulação e reafirmação do contrato de gênero e das hierarquias raciais*

Com o paradoxal retorno progressivo à não diferenciação entre os sexos na esfera produtiva – sendo imposto a ambos longas e precárias jornadas de trabalho através de linhas racializadas – com a manutenção e o reforço dessa diferenciação na esfera reprodutiva, a administração Bolsonaro teve na transformação do Ministério dos Direitos Humanos, antigo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos de Rousseff, em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), agora chefiado pela pastora evangélica Damares Alves, e na reformulação da Fundação Palmares, um dos seus principais marcos quanto à rearticulação e reafirmação do contrato de gênero e das hierarquias raciais. O reforço de uma ordem generificada cis-binário-heteronormativa tem em Damares uma de suas principais defensoras e propagadoras no governo e as políticas do MMFDH têm sido baseadas na defesa de valores conservadores em prol da família tradicional brasileira, um dos mais importantes pilares do governo contra a famigerada “ideologia de gênero”. Isso significou, na prática, a defesa pública da retirada de direitos sexuais e reprodutivos e a assunção de posições retrógradas, opondo-se ao uso de termos como “gênero”, “direitos reprodutivos”, “saúde sexual” ou “educação sexual” em documentos e acordos internacionais, e recuos nos posicionamentos contra a legalização do aborto e os direitos da população LGBTQI+.

A recuperação de uma concepção única, nuclear e heteronormativa da família enquanto base da nacionalidade brasileira constitui-se assim num poderoso mito que condensa conservadorismo, nacionalismo militarizado, racismo e religiosidade, constituindo o núcleo da branquitude brasileira e, portanto, instituindo-se enquanto norma-padrão para as relações sociais e políticas. Qualquer desvio de tal norma é visto

<sup>25</sup> Importantes setores da burguesia viram no plano de privatizações de Bolsonaro e Guedes uma “farsa” (FERNANDEZ, 2020).

enquanto ameaça às próprias bases da nação e ofensa à integralidade do “povo” brasileiro, devendo ser invisibilizado, controlado e ter sua existência vilipendiada para que a coesão social seja conservada. Essa cruzada moral é parte central do arcabouço do nacionalismo bolsonarista e da ascensão da extrema direita, e seus impactos já podem ser sentidos através do aumento dos números de violência doméstica, feminicídios e assassinatos de pessoas LGBTQI+ registrados nos últimos anos.

No mesmo sentido, a reorganização e o esvaziamento dos órgãos de Estado que tratam mais de perto a questão racial foi um claro indicativo de como as hierarquias de raça características da sociedade brasileira seriam abordadas: através da recuperação do mito da democracia racial. Essencial no desenvolvimento histórico brasileiro pós-escravidão, mito fundacional da república e sustentáculo do pacto da branquitude, a ideia de uma ausência de conflitos estruturais baseados na raça – procurando invisibilizar as permanências de mais de 300 anos de escravidão no país – ganha, no governo Bolsonaro, *status* de política de Estado. Ao já mencionado esvaziamento do CNPIR, somou-se a reorientação ideológica da Fundação Cultural Palmares, responsável por “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. Chefiada agora por Sérgio Camargo – que se notabilizou por declarações de ataque ao movimento negro –, a fundação vem promovendo um intenso trabalho de revisionismo histórico quanto ao debate racial brasileiro – como a recuperação do papel da Princesa Isabel na abolição da escravidão, com vistas a apagar a agência dos próprios escravizados no processo –, promovendo iniciativas que colocam em dúvida o racismo estrutural e institucional, além de excluir órgãos colegiados da fundação, concentrando suas funções. Ao colocar em evidência no debate público tais posições – contrárias àquelas que animaram a criação da Fundação ainda na redemocratização – o governo Bolsonaro avança no sentido de solapar as identidades coletivas, demandas por reparação, e as políticas de reconhecimento que caracterizaram os governos petistas, essenciais ao avanço da organização da classe trabalhadora. Declarações de membros do governo criticando a suposta “importação de conflitos raciais” no bojo das manifestações globais em torno do assassinato de George Floyd apenas reforçam nossa interpretação de que a neutralização das históricas desigualdades raciais brasileiras é parte central do projeto nacionalista-militarista-financeirizado encarnado no bolsonarismo, perfeitamente adaptado à individualização radical promovida pelo ultraneoliberalismo (MATOS DE OLIVEIRA, 2020).

### *3.2.5. Aprofundamento do militarismo e retomada do padrão militarizado de (re)produção da vida social*

O aprofundamento do militarismo e a aceleração da retomada de um padrão militarizado de (re)produção da vida social são traços marcantes da reemergência da extrema direita brasileira e ganharam novo impulso com a administração Bolsonaro. Apesar deste ser um processo já em curso desde a administração petista<sup>26</sup>, aprofundado

<sup>26</sup> Desde a gestão Lula, tal processo inclui o avanço exponencial do encarceramento e do genocídio da juventude negra, além de grandes investimentos e a nomeação de militares para órgãos como a ABIN, e, sobretudo, a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) (Cf.: BENITEZ MARTINS, 2018; FLAUZINA, 2006; ZAVERUCHA, 2008; VIEIRA, 2018, respectivamente). Particularmente, as UPP (2009-2018), enquanto ocupação militarizada dos territórios negros e periféricos guiada pelo grande capital, expressam a configuração financeirizada-militarizada do neoliberalismo petista: conjugam a política social baseada na

no governo Temer como vimos acima, segundo levantamento do TCU, em julho de 2020 existiam 6.157 militares da ativa e da reserva exercendo funções civis no governo federal, incluindo oito ministros – o que representa mais que o dobro do número de militares que participaram na gestão anterior. Há, portanto, uma significativa remilitarização da política nacional, em um cenário no qual a ocupação militar dos territórios negros, originários e periféricos no campo e na cidade já se tornara regra, como parte naturalizada de um processo transnacional de militarização da vida cotidiana, no qual a polícia se torna “um regulador da vida social em todos os sentidos, fazendo com que os menores gestos cotidianos” dos trabalhadores precisem ser chancelados pela instituição (VIEIRA, 2016, p. 298). Na gestão Bolsonaro, tal lógica se aprofunda por meio de intervenções federais com o uso da força nacional e das forças armadas em ações de Garantia da Lei e da Ordem, para executar tarefas civis (inclusive na gestão de escolas e órgãos públicos), reforçar o policiamento urbano e/ou como estratégia de contra insurgência preventiva diante das frações da classe trabalhadora ditas perigosas.

Há, portanto, uma dimensão de controle sobre a vida que imprime a regulação armada aberta do cotidiano social, acompanhada da tentativa de remilitarização subjetiva, através, de um lado, da transmissão de valores da instituição policial e seus códigos de hierarquia, e por outro, do reforço dos valores nacionalistas calcados na ordem, no progresso, em Deus e na família, como mencionado nos tópicos anteriores. Este processo se desenvolve de maneira imbricada à expansão do *ethos* neoliberal e pentecostal de empreendedorismo individual diante do crescente aumento do custo de vida e da deterioração/negação do acesso a serviços públicos básicos como saneamento, luz, água, moradia, saúde, educação, dentre outros. Existe ainda, neste processo, um cenário de consolidação das milícias como um projeto político do Estado para as favelas e periferias, e concretas evidências de que o Presidente e sua família mantenham relações escusas com estas organizações. Em um cenário de corte e fechamento de serviços públicos e políticas sociais, as milícias passam a controlar a gestão e o acesso aos meios de subsistência que deveriam ser garantidos ou regulados pelo Estado em territórios predominantemente negros e pobres, proibindo, em muitos casos, a histórica organização dos trabalhadores neste sentido.

## Considerações finais

Para nós, diante dos dados já produzidos, resta evidente que apesar deste ser mais um capítulo de uma longa história de genocídio e subalternização, a combinação de militarismo autoritário, fechamento institucional e aceleração do processo de financeirização produzida pela ascensão da extrema direita traz novos elementos ao aprofundar a precarização do trabalho e a deterioração expropriatória dos padrões de vida, sobretudo das populações negras. Cabe ressaltar que tal padrão reprodutivo-social tem na verdade fortalecido intensamente o chamado “centrão”, ou seja, os representantes políticos das oligarquias tradicionais brasileiras que, sem sujar as mãos, avançam seu projeto

---

inclusão via consumo/crédito com privatização de serviços e uma forma de intervenção seletiva do Estado via política de segurança pública, com operações policiais de alta letalidade, com elevado número de execuções extrajudiciais, tortura, encarceramento e desaparecimentos forçados.

histórico de colonialismo interno e se reposicionam como “campo democrático”, neutralizando a pauta da esquerda progressista.

Concluímos, portanto, pela hipótese preliminar de que o governo Bolsonaro representa a consolidação de um padrão reprodutivo-social ultraneoliberal, capaz de fazer avançar, em pouquíssimo tempo, o confisco racial-generificado do fundo de vida e de consumo da classe trabalhadora a fim de garantir o aumento da superexploração de modo a responder às necessidades renovadas da posição subordinada do Brasil na economia mundial. Como vimos, este fenômeno ocorre através, sobretudo, da intensificação da precarização do trabalho e da deterioração das condições de vida dos trabalhadores, cujas bases foram lançadas pela crescente militarização e financeirização da vida da classe trabalhadora ao longo dos últimos 17 anos, levando ao que Mbembe (2014, p. 15-16) chama de “universalização da condição *negra*”: a universalização de um modelo de cidadania precário e autoritário, historicamente destinado à mulheres, negros e povos originários. Entretanto, tanto a permanência quanto a extensão deste processo, bem como o seu impacto sobre estas frações da classe trabalhadora ainda não podem ser medidos, e sua análise depende inclusive dos rumos que a sociedade brasileira tomará tanto em termos de reação social e resistência popular aos impactos das políticas aqui mencionadas, quanto no que tange às consequências deixadas pela presente pandemia de COVID-19.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BARBOSA, R. J. **Estagnação desigual**: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição o da renda do trabalho no período recente (2012-2019). In.: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, IPEA, nº 67, 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. **Díficeis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BENITEZ MARTINS, Carla. **Distribuir e punir?** Capitalismo dependente brasileiro, racismo estrutural e encarceramento em massa nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiás, 2018.

BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Social Reproduction Theory**: Remapping Class, Recentring Oppression. London: Pluto Press, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, 11 de abril de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm), acesso em 03/06/2021.

BRASIL. **Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, em 14 de dezembro de 1983. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm), acesso em 03/06/2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.** [Convertida na Lei nº 13.844, de 2019]. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, 01/01/2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm) , acesso em 03/06/2021.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *In: Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** Boitempo editorial: São Paulo, 2005.

CIMI. **O agro é fogo: queimadas são responsabilidade do agronegócio.** 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/10/agro-e-fogo-queimadas-criminosas/#:~:text=Ainda%2C%20segundo%20dados%20do%20INPE,27%20de%20sete%20de%202020>. Acesso em: 15/11/2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. *Crise do capital e ultraneoliberalismo: a capitalização da Previdência Social no Brasil.* In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs.). **O Neofascismo no Poder (Ano I): Análises Críticas sobre o Governo Bolsonaro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

COSTA, Sergio; GONÇALVES, Guilherme Leite. **A port in global capitalism.** Routledge: New York, 2020.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo 2019.** 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-nocampo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web?Itemid=0>. Acesso em: 19/11/2020.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário.** 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 20/12/2020.

DÖRRE, Klaus. A nova Landnahme. Dinâmicas e limites do capitalismo financeiro. *In: Revista Direito e Práxis.* Rio de Janeiro, Vol. 06, N.12, 2015, p. 536-603.

DU BOIS, W. E. B. **Black Reconstruction in America (1860-1880).** Nova Iorque: Russell & Russell, 1971.

FERNANDEZ, Melissa. Plano de privatização do governo Bolsonaro é “uma farsa”, diz Elena Landau. **Poder 360**, 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/plano-de-privatizacao-do-governo-bolsonaro-e-uma-farsa-diz-elena-landau/>. Acesso em: 20/12/2020

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro Caído no Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro.** Dissertação de Mestrado em Direito, Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

FRASER, Nancy. Crisis of Care? *In: BHATTACHARYA, Tithi. Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression.* London: Pluto Press, 2017.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Colonialismo interno (uma redefinição).** In: BORON, Atilio A. et al. (Org.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.* Tradução de Simone

Rezende da Silva. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MATOS DE OLIVEIRA, Ana Luíza. "Importar" manifestações contra o racismo? Le Monde Diplomatique, 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/importar-manifestacoes-contra-o-racismo/>. Acesso em: 20/12/2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MELO, Demian. **"Bolsonaro, fascismo e neofascismo"**. In: Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019 - Marxismo sem tabus – enfrentando opressões. Organização: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), Niterói, agosto de 2019. Acesso em 19/12/2020. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC19/MC191.pdf>

OLIVEIRA, Caroline. Sem ordem judicial, PMs ameaçam e dão prazo de saída a moradores de ocupação em SP. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/24/sem-ordem-judicial-pms-ameacam-e-dao-prazo-de-saida-a-moradores-de-ocupacao-em-sp>. Acesso em: 20/12/2020.

RODRIGUES, Edmilson. Relatório da CPI da Funai e Inca é uma compilação de insanidades. **Carta Capital**, 24 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/relatorio-da-cpi-da-funai-e-inca-e-uma-compilacao-de-insanidades/>. Acesso em: 20/12/2020.

ROEDIGER, David R. **The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class**. Londres: Verso, 2007.

RUAS, Rhaysa. "Economia política feminista e teoria social em Marx: para avançar a crítica unitária das relações sociais capitalistas". In: CUNHA, José Ricardo (Org). **Teorias Críticas e Crítica do Direito – Volume I**. Rio de Janeiro: UERJ/Lumen Juris, 2020b.

RUAS, Rhaysa. A crise da Covid-19 e o desvelamento das dinâmicas de produção da vida no capitalismo: um comentário à Tithi Bhattacharya. In: GONÇALVES, Guilherme Leite (Org.). Covid-19, **Capitalismo e Crise: bibliografia comentada**. LEICC e Revista Direito e Práxis: Rio de Janeiro: 2020a. p. 180-190.

RUAS, Rhaysa; AZEVEDO, Fatima Gabriela Soares de. **Direitos Humanos e resistência popular durante a crise sanitária e econômica no Rio de Janeiro**. Junho de 2020 (preprint). DOI: 10.13140/RG.2.2.13537.74088/1

SEMIS, Laís. Escola Sem Partido: o que propõe o projeto em votação Câmara. **Nova Escola**, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/13010/escola-sem-partido-entenda-o-que-propoe-o-projeto-em-votacao-na-camara>. Acesso em: 20/12/2020.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente: Reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. *In: Tempo Social*, v. 32, n. 2, 2020.

VIEIRA, Rafael Barros. Sobre o regime empresarial-militar de ocupação das favelas do Rio de Janeiro: Uma análise (crítica) das UPPs. *In: Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 284--339

VOSKO, Leah F. **Managing the Margins: Gender, Citizenship, and the International Regulation of Precarious Employment**. New York: Oxford University Press, 2010.

ZAVERUCHA, Jorge. De FHC a Lula: a militarização da agência brasileira de inteligência. *In: Rev. Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 177-195, nov. 2008.

Submetido em: 07/03/2021

Aprovado em: 06/05/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença  
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)